



Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre experiências de Los Lagos-Chile, Imbabura-Ecuador e Baía da Ilha Grande-RJ Brasil

Autores:

Jover Mendes de Oliveira Negrão - UFRRJ - jovermendes@yahoo.com.br

Lamounier Erthal Villela - UFRRJ - lamounier.erthal@gmail.com

Daniel Neto Francisco - UFRRJ - danielneto@id.uff.br

Patrick Gomes - UFRRJ - patrick7663@gmail.com

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo identificar três diferentes experiências de desenvolvimento local nas regiões de Los Lagos, no Chile; Imbabura, no Equador; e o território da Baía da Ilha Grande, no Rio de Janeiro-Brasil analisando-os pela ótica do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Para analisar os territórios optou-se, metodologicamente por estudos de casos múltiplos considerando três parâmetros que devem ser fundamentais em modelos de desenvolvimento endógenos e participativos: gestão e controle social, redes e APL e sustentabilidade. Supõe-se que quanto maior a for a participação social, maior capacidade de agregação dos atores produtivos, maior intensidade de trocas em redes, maior conscientização sobre questões sociais, ambientais e econômicas, mais os casos analisados se adequarão ao conceitual de DTS.

Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre experiências de Los Lagos-Chile, Imbabura-Ecuador e Baía da Ilha Grande-RJ Brasil

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar três diferentes experiências de desenvolvimento local nas regiões de Los Lagos, no Chile; Imbabura, no Equador; e o território da Baía da Ilha Grande, no Rio de Janeiro-Brasil analisando-os pela ótica do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Para analisar os territórios optou-se, metodologicamente por estudos de casos múltiplos considerando três parâmetros que devem ser fundamentais em modelos de desenvolvimento endógenos e participativos: gestão e controle social, redes e APL e sustentabilidade. Supõe-se que quanto maior a for a participação social, maior capacidade de agregação dos atores produtivos, maior intensidade de trocas em redes, maior conscientização sobre questões sociais, ambientais e econômicas, mais os casos analisados se adequarão ao conceitual de DTS. Os resultados apontam que o caso da apicultura em Los Lagos foi possível devido ao estreitamento de laços entre os produtores, universidade e poderes públicos locais e regionais. O caso de Imbabura aponta um forte resgate dos povos originários na indústria têxtil, juntos a uma forte atuação da sociedade civil nas questões públicas e ambientais. No caso da Baía da Ilha Grande identifica-se fortes conflitos entre megaempreendimentos e capacidade de sustentabilidade, porém com ações pontuais de forte resgate a questões identitárias e de coesão social, tal caso do APL turístico de Paraty, entre outras agregações produtivas locais. Como considerações finais entende-se que todas as regiões estudadas possuem forte potencial de desenvolvimento endógeno e sustentável, porém para isso depende de uma forte conscientização dos atores locais nesse processo.

Palavra-chave: gestão social, participação social, desenvolvimento territorial sustentável, Arranjo Produtivo Local

1 - INTRODUÇÃO

Os processos de desenvolvimento sustentável nos dias atuais demandam cada vez mais as ações em conjunto das esferas de poder. Assim, para que esse processo possa convergir numa sinergia, as instituições públicas, a inserção do mercado e uma atuação organizada da sociedade civil precisam estar alinhadas a um interesse comum. Nesse caso, mesmo onde as localidades se distanciam das ações mais específicas das políticas públicas federais de desenvolvimento territorial, é possível que dentro desse contexto os territórios possam se desenvolver. E ainda que percebendo um distanciamento da realidade, a abertura à participação cidadã e modelos colaborativos de gestão permitiram, em teoria, que as ações públicas não partissem mais de cima para baixo, ou seja, permitiu que uma determinada localidade se desenvolvesse de forma mais descentralizada e assim obter crescimento e melhoria na qualidade de vida da população. A perspectiva do desenvolvimento sustentável considerando uma atuação da sociedade civil, articulada à uma gestão social junto a um mercado visando não só crescimento econômico, mas também na qualidade de vida, altera toda a dinâmica do progresso que tem ocorrido até os dias atuais.

Nesse contexto surge os Arranjos Produtivos Locais, que segundo Villela (2013), são aglomerações empresariais que tem uma forte atuação da sociedade civil, permitindo que surjam novas estruturas de organização e até instituições que juntas podem atuar no desenvolvimento territorial local. Esse entendimento nos permite analisar numa determinada localidade, então, como a sociedade civil através da participação social, as intuições através das dinâmicas dos atores políticos e as organizações produtivas através de suas associações, cooperativas, entre outros, estão se articulando para promover o desenvolvimento tendo em vista que essa atuação sinérgica é fundamental para o presente estudo.

Após o exposto, cabe apresentar o objetivo principal do artigo, que se consiste em analisar as experiências ocorridas no ano de 2015 com o Pró-Integração, pela Capes, sendo a coordenação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal do Tocantins (UFT) nas localidades de Los Lagos, no Chile, Imbabura, no Equador, e experiências elaboradas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) onde estão situados municípios que compõem o território da Baía da Ilha Grande (BIG) tendo em vista à entender como se dá esse processo de desenvolvimento endógeno e assim incitar uma reflexão de como as localidades podem se desenvolver utilizando meios, formas e instrumentos viáveis para serem implementados. Percebendo que quanto maior for a participação social dentro dos processos de desenvolvimento local, maior é a capacidade de inclusão cidadã nos processos de desenvolvimento local. É importante ressaltar que focaremos na produção de mel, em Los Lagos; na produção têxtil, em Imbabura; e na agricultura familiar e turismo, na BIG. Isso pelo fato de o objeto de estudo fomentar a reflexão sobre o desenvolvimento territorial sustentável. Não significa que nos territórios estudados não se possa identificar outras cadeias produtivas, porém, podem acabar sendo contraditórias ao nosso estudo, principalmente ao analisarmos o território da Baía da Ilha Grande.

Sendo assim, o estudo inicialmente, após a introdução, avança para os aspectos teóricos que estão fundamentados no conceitual de gestão e controle social, redes e APL e sustentabilidade. Depois vem a parte metodológica que se utiliza de indicadores e critérios de análises para propor o estudo comparativo entre as regiões. Para depois entramos na análise

dos resultados entendendo como funciona a dinâmica do desenvolvimento territorial sustentável nessas localidades. Por fim, trazer o resultado da análise comparativa nas considerações finais.

2 - ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 Gestão e controle Social

Após a década de 90, época em que o Brasil passou pelo período de redemocratização com a Constituição Cidadã, as formas e meio da sociedade civil participar das decisões públicas se ampliaram. Houve uma descentralização da administração pública e a participação social ficou em evidencia no cenário político brasileiro. Nesse contexto, o conceito de gestão social reforça a ideia de uma gestão mais participativa, que objetiva reduzir a pobreza e ainda possibilite políticas mais voltadas à sociedade.

Se para Bordenave (1994), a participação é tida como uma necessidade humana, pois em algum momento todos irão querer participar, sejam em sua família, bairro, política ou trabalho, é preciso que haja tanto uma gestão onde assegure a participação, como também onde possam ser discutidos as demandas e interesses em comum. Nesse caso temos a gestão social.

A gestão social promove uma ação dialógica, orientada ao interesse bem compreendido, como denota Cançado, Pereira e Tenório (2013). Sob tal prisma a dinâmica dos agentes territoriais está diretamente ligada à promoção de espaços deliberativos heterárquicos, descentralizados e capazes de convergir em espaços de igualdade participativa e com simetrias de informações. Como observa Fisher (2011) a composição destes espaços territoriais é complexa e envolve uma ampla gama de desafios. E acabam por exigir a ampla convergência de diferentes profissionais e setores sociais (redes socio técnicas, poderes públicos, organizações e movimentos sociais, representantes de empresas locais, entre outros).

Tal convergência deve ser plural e promover as instituições do território a um modelo de gestão baseado na governança local, e, na promoção dos instrumentos de controle social. Siraque (2009) define o controle social como a capacidade de ações da sociedade civil depois dos atos da administração pública já terem sido efetuados. Entretanto, o controle social em seu aspecto mais amplo, deve ser capaz de dar autonomia à sociedade civil. Para que esta execute ações de controle dos atos públicos não apenas no processo de avaliação das políticas públicas, mas, também, nas etapas e espaços de discussão e formulação da agenda pública.

Dessa forma, a participação social ganha notória relevância, pois tem o objetivo de estabelecer uma intervenção, seja ela individual ou coletiva, fundamentadas em rede de interação entre as pessoas, grupos e instituições com o Estado. A participação social parte de uma atuação ativa, onde o protagonismo das ações fica responsável pela sociedade civil organizada que busca por mudanças, direitos e cidadania (MILANI, 2008).

2.2 Redes e APL

No panorama das configurações de redes produtivas, notabilizam-se os aglomerados sociais como os Arranjos Produtivos Locais (APLs), que servem de mecanismo à organização territorial no âmbito da produção local. Esses arranjos são formados por redes conectadas que, além de integrar parte da sociedade local, contribui para o desenvolvimento do território.

Castells (2007, p.119) considera como rede “toda a produtividade gerada e sua concorrência sendo feita em escala global de interação entre redes empresariais.” Ainda na visão do autor, as redes podem ser consideradas ilimitadas, integrando novos participantes, desde que interajam dentro da própria rede e estabeleçam a mesma forma de comunicação.

Já Malmegrin (2011, p. 16), considera que “as redes podem ser entendidas como conjunto de entes, no caso das organizações, com objetivos semelhantes e que atuam de forma integrada.” As redes, então, fazem parte das relações humanas e também do possível surgimento de arranjos produtivos que buscam interesse em comum.

Nesse contexto, os Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. (LASTRES, 2003, p. 13).

Estudar os Arranjos Produtivos Locais, ou seja, as aglomerações empresariais especializadas pela ótica da participação dos atores locais, abre um espectro de lógicas subjacentes como a construção de redes de relacionamentos, de novas estruturas organizacionais e institucionais, de questões sobre o desenvolvimento local e territorial. (VILLELA, 2013, p. 101).

Dessa maneira, os atores locais se unem e criam coligações a fim de intensificar os aparatos produtivos fortalecendo sua inteligência coletiva e suas redes sociais produtivas. Essas redes entram na lógica estratégica/capitalista de produção dentro do território (em todas as suas dimensões) e alteram as formas de organização e produção no global e no local.

Segundo Lévy (1998, p.28), inteligência coletiva “é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências.” Ainda na visão do autor, a inteligência coletiva busca uma valorização técnica das capacidades individuais, além de uma valorização econômica e jurídica.

As redes estabelecidas em um APL, são teias de relacionamentos; logo, compete à governança fortalecer essas teias e estabelecer a capacidade de discutir os problemas locais e soluções que visem o bem comum, e não apenas a de um dos poderes, como é a lógica estabelecida no planejamento estratégico, que soluciona o problema do mais competitivo em detrimento dos demais atores. (VILLELA, 2013).

Dessa forma, o processo de planejamento e gestão da política de desenvolvimento territorial preconiza o local e requer um caráter deliberativo, para que seja possível a organização no tecido social do território. Os arranjos produtivos locais se definem através de conceitos como: aglomerações, territórios, atividade econômica e agentes econômicos.

2.3 Sustentabilidade

Devido ao conceito de sustentabilidade possuir uma gama de significados, o presente estudo propõe uma análise a partir da visão de Boff (2012), que diz:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (BOFF, 2012, p.107).

Assim, as escolhas feitas em termos de política de desenvolvimento colocam em jogo o bem-estar não apenas dos indivíduos que estão inseridos dentro dos territórios, mas também de toda uma geração futura. A atitude das gerações presentes em termos de consumo, acumulação de capital (e em particular do capital humano e social) afeta diretamente o bem-estar das futuras gerações. Existe então um problema de equidade intergeracional. De fato, se as necessidades das gerações presentes são conhecidas, as das gerações futuras não são, e a necessidade de definir as regras para uma partilha justa do bem-estar é essencial. (FAUCHEUX, 1995).

Nesse sentido, pensar o desenvolvimento sustentável é considerar, segundo Sach (2008) cinco pilares, que são: o social, o ambiental, o territorial, o econômico e o político. Ainda na visão do autor, o pilar social aparece com o intuito de possibilitar menos desigualdade dentro dos territórios; ao passo que o pilar ambiental visa corrigir o uso desregrado dos recursos naturais do passado; o pilar territorial está relacionado a distribuição das populações e atividades dentro dos territórios; o econômico atua na viabilidade das atividades produtivas dentro do território possibilitando também uma melhor da qualidade de vida da população local; e por fim temos o pilar político que considera a governança democrática como um instrumento necessário do desenvolvimento sustentável.

Ao considerar todos os pilares ou dimensões do desenvolvimento sustentável, Sach (2008) acredita que este modelo vai atuar primeiramente no gerenciamento das crises que visam um crescimento na mobilização dos recostos internos, ou seja, vai estimular as iniciativas locais num processo de desenvolvimento que seja ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável. Além de possibilitar a inclusão de todos pilares no processo de desenvolvimento territorial sustentável.

A tabela a seguir foi ancorada e construída com base nos conceitos discutidos acima. Sendo assim, utiliza-se como critério de análise o aspecto da Gestão e Controle Social; Redes e APL e Sustentabilidade.

Tabela 1 - Critério de Análises

Crítérios de Análise

Crítério 1: Gestão - Controle Social	Formas de Participação em Políticas Públicas
	Estruturas Institucionais de Controle Social
	Movimentos Sociais
	Órgãos de Controle do Estado
	Autonomia
	Acesso a Informação
	Diálogo/Processo de Discussão
	Bem comum
	Igualdade Participativa
	Pluralismo
Crítério 2: Redes e APL	Saber Fazer Local/Competências
	Aglomeração
	Inovação
	Inteligência Coletiva
	Redes Conectadas
	Redes Sociais Produtivas
	Agentes Econômicos, Políticos e Sociais
	Coesão Social
	Coesão Territorial
Crítério 3: Sustentabilidade	Inclusão Econômica
	Inclusão Social
	Inclusão Ambiental

	Inclusão Institucional
	Inclusão Tecnológica
	Inclusão Política

FONTE: Elaboração própria dos autores

3 - METODOLOGIA

O estudo tem como objetivo descrever as experiências aplicadas no projeto Pró-Integração, pela CAPES, onde foram feitas missões pela América Latina com o objetivo de identificar o processo de desenvolvimento territorial tendo como recorte as localidades do Equador, Chile e comparar com a experiência ocorrida no Brasil através dos territórios da Baía da Ilha Grande (BIG).

Pretende-se utilizar o estudo de caso múltiplos, que segundo Yin (2001), se consiste na ideia de obter diversas informações em lugares diferentes, mas pela ótica de um mesmo fenômeno, que nesse caso é o processo de desenvolvimento territorial sustentável. O estudo, então, irá utilizar o mesmo critério de análise, porém, como dito, em territórios distintos. E assim obter informações e resultados numa escala global, que podem ser informações tiradas através de entrevista, exploração documental, visita à campo, entre outras formas que facilitam a análise do objeto de estudo. Em nosso caso, o objetivo é descrever as missões que ocorreram na província de Los Lagos, na província de Imbabura, e também a experiência que ocorre dentro do BIG. Após isso obter uma análise comparativa entre essas experiências a fim de entender como diferentes estruturas socioeconômicas podem influenciar no processo de desenvolvimento territorial sustentável nessas diferentes localidades mencionadas.

A critério de organização, a parte metodológica está estrutura da seguinte forma: Primeiro foi feito uma pesquisa documental com os relatórios do projeto Pró-

Integração com o objetivo de explorar as experiências ocorridas na província de Los Lagos e Imbabura. Nessas experiências contou-se com professores da FGV, UFT e UFRRJ, que inclusive está presente como coautor do artigo. E também documentos e participação no Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande. A proposta foi analisar como se deu o processo de desenvolvimento dentro dos territórios, considerando os critérios de análise na tabela 1.

A segunda etapa foi elaborada a partir dos conceitos teóricos, os critérios de análise elaborados para permitir a construção de estudos de casos múltiplos. Nesse sentido, os conceitos de gestão e controle social, de redes e APL e de sustentabilidade foram desdobrados e considerados como critério de análise.

A terceira etapa foi a obtenção de resultados a partir de análise documental e participativa obtidos pela diretiva dos critérios analíticos.

4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

O resultado desta análise se consiste em identificar dentro dos territórios estudados todos os critérios propostos no referencial teórico e metodologia. O primeiro caso analisado será o de Los Lagos, no Chile, seguido pelo território de Imbabura, no Equador e, por fim, o território da Baía da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, Brasil.

4.1 Los Lagos

O projeto FIC – apícola contribui para o processo de desenvolvimento endógeno da região e sociedade de Los Lagos, e é efetivado como processo de “participação em políticas públicas” para um estímulo ao desenvolvimento social, territorial e também estimular uma competitividade no mercado. O conjunto produtivo, realizado através de aglomerações de produtores de mel, carrega em si, elementos socioeconômicos que fomentam o desenvolvimento social. Em parceria com o Governo Regional de Los Lagos e com as Universidades, a transformação deste projeto resulta numa possibilidade de “controle social”, trazendo um envolvimento na tomada de decisão de políticas públicas ao desenvolvimento territorial. Entretanto, o projeto FIC - Apícola se efetua no fomento à competitividade no mercado.

A teia produtiva conta com organizações comunitárias para que seja possível uma “autonomia” social, ampliando as relações de produção e fortalecendo os laços criados, onde os atores sociais possam operar e realizar, efetivamente, seus conhecimentos produtivos locais. A organização produtiva e politicamente inclusiva constitui uma identidade territorial e social, identificação como cidadão participativo de atores da sociedade civil de Los Lagos. O projeto se propõe, entre outros objetivos, gerar condições para a participação no direcionamento e controle das atividades e resultados sociais.

A sociedade civil atua junto ao Estado, assim garantindo um “pluralismo” e espaço para “diálogos”, o que amplia as “redes de informação e acessibilidade” à própria sociedade civil. Plural no âmbito deliberativo, pois o Estado e a sociedade civil participam em conjunto na produção apícola. A dificuldade dialógica no processo é a crise de confiança da sociedade civil, o que desloca as relações intermediárias entre o governo e as pessoas. Uma vez participativa, a sociedade criou laços e vínculos sociais que foram de suma importância para a coesão das formas aglomeradas na produção do mel. Essas formas configuram o espaço local na realização de suas competências. A participação se encarna nos diferentes assuntos da sociedade civil, e na educação cívica, ela foi a chave para a existência de um compromisso individual e de que, juntos, objetivos que são realizados em torno do bem comum são alcançados. Aqui, o “bem comum” se traduz como identificação geográfica, no sentido receptivo do conceito. Em relação à “transparência”, na região de Los Lagos, se ressalta como um valor ético por parte dos indivíduos, o que vem a ser o mais próximo que a cidadania necessita através, por exemplo, das responsabilidades de contas públicas na esfera do vínculo entre o Estado e a cidadania. Tais características ampliam e realizam o “acesso à informação”, que é um dos pilares para que o Estado e a sociedade civil exerçam seu papel na democracia dentro de um território.

O “saber-fazer” local, o conhecimento prático passado no território, é realizado a partir dos fortes laços sociais que foram construídos na produção de mel (o modo do qual é produzido,

o cuidado necessário, as técnicas que devem ser incorporadas). Observaram-se nesta localidade tecnologias utilizadas no desenvolvimento da produção apícola, nas inovações materiais e nos processos produtivos. Essas experiências de desenvolvimento acontecem em laboratórios de pesquisas na Universidade de Los Lagos. As ligações desenvolvidas são mais um método de mediação entre a sociedade civil, os produtores organizados e o Estado (através da Universidade). A união das ligações trouxe para Los Lagos melhorias na segurança, crescimento e inovação no setor produtivo, o que é refletido na capacidade de incluir, socialmente, as tecnologias desenvolvidas pelos laboratórios de pesquisas na Universidade de Los Lagos.

O uso de tecnologias no setor apícola, levou a Los Lagos benefícios nos processos de produção e nos produtos finais. Em conjunto com as redes produtivas de mel, a Universidade de Los Lagos desenvolveu muitas tecnologias para o setor apícola, como os professores Emir Valencia e Sergio Gonzalez, que estão desenvolvendo novos produtos para valorizar a cadeia produtiva do mel e seus produtos finais, sendo eles o mel em pó, o mel orgânico, o verniz de própolis, o mel pasteurizado, a própolis e o pólen. O desenvolvimento de tecnologias produtivas do mel leva a um estímulo de tecnologias que, na medida em que são operadas, podem ser aplicadas em outras áreas produtivas.

Em Los Lagos, a produção de mel realizada a partir do resultado da estruturação de um saber-fazer, evidencia um incremento ao desenvolvimento social e territorial, aprimorando suas técnicas produtivas e estabelecendo coesão entre a sociedade civil e o Estado. O incentivo às tecnologias de produção de mel elucida o quão bem constituídas são as teias produtivas do tecido social. Os processos e etapas da produção de mel são bem definidos dentro do sistema, pois operam num determinado saber-fazer. É criada uma diversidade de produtos oriundos do mel, o que representa uma diversidade de conhecimentos dentro de uma mesma localidade e de um processo produtivo. Conhecimentos que, além de não se perderem, progridem e se acumulam ao longo do tempo, o que transforma esse conhecimento numa parte técnica do sistema de produção. Essa “inteligência coletiva” se mostrou coesa e bem arranjada, uma vez que, o conhecimento é difundido através dos laços sociais conectados, ampliando a diversidade dos produtivos oriundos do mel.

Uma estrutura produtiva necessita de “redes conectadas”, que impulsionam o desenvolvimento e a coesão da própria estrutura. Em Los Lagos, os artesãos e os produtores de mel conservam suas redes de relacionamentos, de produção, sociais, etc. para fortalecer seus modelos de produção. É observado também, em Los Lagos, a presença de “coesão territorial” entrelaçado à produção de mel, o que reforça a importância da conectividade entre os produtores e o espaço onde estão inseridos, pois a sociedade civil precisa se sentir incluída no local, ou seja, é importante que a população exerça sua territorialidade para assim se sentir parte do espaço em que ocupa.

O projeto da FIC - Apícola, denominado: “INNOVACION PARA EL DESARROLLO DEL EMPRENDEMIENTO EN PERSONAS CON DISCAPACIDAD DE LA REGION DE LOS LAGOS” leva

oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, fazendo que os artesãos deficientes sejam valorizados e tenham seus trabalhos reconhecidos e fomentando a “coesão social”, um fator representativo no desenvolvimento local que, na região de Los Lagos, se mostrou enfraquecida. As organizações comunitárias auxiliam na manutenção da coesão social, à maneira que se exerce a autonomia. O interesse chega ao Governo Regional, pois a geração de emprego

é importante tanto para o desenvolvimento como para o crescimento econômico. A participação dos “agentes econômicos, sociais e políticos” na Malha Sócio- Produtora (forma abstrata do modo de produção acrescido do tecido social) transfigura o caráter mercadológico em um caráter mais social, articulador e democrático.

Los Lagos possui, ainda, capacidade de integração política e social dos atores envolvidos, através dos “Arranjos Produtivos Locais”, o que mantém a união entre a sociedade civil e o território.

A região possui um alto valor agregado ao seu mel porque a apicultura tem forte influência no setor produtivo, o que se traduz num processo de inclusão econômica e valorização de seu produto. O mel é consumido na própria região ou vendido para outras, que faz com que se conectem a produção local, o consumidor e o participante da sociedade civil. O interesse econômico se mostrou eficaz porque, no que tange a inclusão social, ele efetua a geração de emprego e renda. Ainda no âmbito da inclusão social, o projeto FIC valoriza e integra, na produção manual, artesãos com deficiências. Tal medida acaba por promover as diversidades no setor produtivo e social, além de dar autonomia individual aos artesãos, o que sustenta e fortalece os laços sociais, produtivos e locais do projeto FIC, levando à uma inclusão política no que alcança a identificação do indivíduo como ator da sociedade civil. Quando um cidadão se identifica como parte daquele local, o processo de participação dentro do território tende a aumentar, assim, propiciando uma elevação nos critérios de controle social.

Em relação a inclusão institucional, embora a Universidade de Los Lagos pesquise inovações e técnicas ao projeto FIC para um melhor desenvolvimento produtivo, é o próprio projeto que financia os equipamentos, o que demonstra fraca inclusão do Estado no custeamento desses equipamentos. Quanto à inclusão tecnológica, a expansão de novas tecnologias produtivas tem sido efetiva, devido às pesquisas e inovações, assim, ampliando a possibilidade de novos produtos oriundos do mel serem introduzidos no mercado. O desenvolvimento e incremento de variedades oriundas da produção de mel (mel em pó, o mel orgânico, o verniz de própolis, o mel pasteurizado, a própolis e o pólen) integra os produtores do projeto à competitividade de mercado, enquanto amplia o consumo de mel aos atores da sociedade civil. O mel orgânico, por sua vez, possui uma característica indispensável ao âmbito da sustentabilidade, que é a produção orgânica. Produtos naturais, oriundos do cultivo puro do mel são a base para a construção de um arranjo produtivo local que se envolva com a inclusão ambiental.

4.2 Imbabura

No que se trata da “Gestão e Controle Social”, observa-se na província de Imabura uma atuação bastante favorável tanto dos gestores públicos quanto da sociedade civil organizada. A começar pela “forma de participação em políticas públicas”, onde foi observado dentro do território o Centro de Formação Têxtil capaz de mobilizar a sociedade civil em se capacitar e buscar oportunidade de trabalho e melhoramento das suas competências, além dos órgãos públicos financiarem projetos que possam facilitar essa inserção cidadã nos processos econômicos e também sociais.

Foi observado “estruturas institucionais de controle social” bem desenhadas que dão

suporte à população nos processos decisórios, que são os conselhos gestores. Estes possibilitam que a sociedade civil tenha mais “autonomia” quanto a participação nos processos políticos e atuação mais ativa dentro do território. Destaca-se os conselhos paroquiais e conselhos de bairros. Criou-se, por exemplo, a Assembleia Cantonal, um espaço institucionalizado onde ocorre a participação social de forma direta, seja para os setores organizados, seja para os setores não organizados. E ainda está presente a Confederação Nacional de Organizações e Comunidades (CONAE), que representa a comunidade indígena e outros povos presente no território.

Esses espaços participativos auxiliam, por exemplo, na atuação da sociedade civil no orçamento participativo da região. Neste caso, qualquer planejamento orçamentário que seja feito pelo município, passa pelo consentimento e aprovação da população. Assim permitindo que os cidadãos obtenham um melhor “acesso a informação”, através das reuniões que acontecem de forma convencional. Esta iniciativa parte tanto do poder público local, como também da sociedade. Em Imbabura, segundo o relatório do Pró-Integração, há uma forte comunicação e “diálogo” entre as autoridades e comunidade local.

Os conselhos ainda possuem a característica de abarcar o conjunto de povos tradicionais presentes no território, sejam os trabalhadores, os comerciantes, indígenas, entre outros. Um exemplo bastante significativo foi a atuação da sociedade civil na criação de uma empresa municipal de água potável. A população não concordava que a gestão da água fosse privatizada. Através de reivindicações, criou-se uma empresa no sentido misto, ou seja, a empresa atende ao mercado, porém, com um viés bastante social e participativo, pois é gerenciada pelo governo municipal.

As instituições públicas também oferecem suporte ao controle social. Destaca-se na Região de Imbabura as Federações Provinciais e as universidades capazes de proporcionar conhecimento e melhor desenvolvimento aos cidadãos equatorianos. Todas essas iniciativas por parte das instituições públicas, a iniciativa privada e também a sociedade civil resultam no “bem comum”, onde na região ocorre o baixo desemprego, baixa taxa de analfabetismo e também uma forte valorização das culturas tradicionais. Essa mobilização em conjunto resulta num “pluralismo” ativo, ou seja, tanto os atores políticos, atores das atividades produtivas e atores sociais contribuem com o desenvolvimento territorial, além de propiciarem uma “igualdade participativa” devido as estruturas de participação serem horizontalizadas.

Quanto às “Redes e APL”, é observado no contexto de Imbabura uma sinergia entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento local. Um forte contribuinte para essa relação são as “competências” individuais e específicas dessa localidade. Nesse sentido, a forte concentração da atividade têxtil e artesanal contribui para a formação de “aglomerações”, onde estão inseridas as atividades econômicas de produção têxtil.

A produção têxtil é um diferencial porque as pessoas aprendem o que é um tecido, seus tipos, o que é uma indústria têxtil, ou seja, elas são imersas nessa atividade produtiva, assim valorizando esta atividade que é considerada uma forte atividade econômica da região. O centro de Desenvolvimento Produtivo, por exemplo, que está inserido nas instalações fabris, é onde ocorre os treinamentos, laboratório, desenvolvimento dos produtos que venham ser artesanatos, roupas, couro, entre outros produtos que fortalecem o surgimento de cluster produtivo, que também pode ser analisado pela ótica dos Arranjos Produtivos Locais.

Percebe-se, então, que as universidades presentes na região, junto ao centro produtivo,

contribuem para a “inovação” dessa atividade. Ao analisar a experiência ocorrida em Imbabura, nota-se que o território possui alta competência em confecções de roupa, produção de tecelagem em lã, tapeçarias, e outros produtos oriundos da produção têxtil.

Com esse ambiente propício ao desenvolvimento em redes, observa-se nesta região “ligações” bastante sólidas. Seja pelo caso da produção têxtil com a produção a lã, couro, roupas, como já foi citado, seja pelo conhecimento que os atores inseridos nesse processo de produção vão adquirindo ao longo do processo produtivo.

Existe nesta localidade a cidade do conhecimento, Ela surgiu como forma do governo central de Imbabura proporcionar para a população foco em pesquisa, inovação e produção do conhecimento através das universidades presentes. Assim, os diversos povos que estão inseridos nessa localidade, cada um com sua competência específica pode contribuir nesse complexo produtivo, o que caracteriza uma “inteligência coletiva”, ou seja, os pescadores, os indígenas, os artesãos, juntos, colaboram cada um com sua competência específica no desenvolvimento dessas atividades de produção. Resultado dessa interação é formação de “redes” que está presente no território de Imbabura. Seja a agricultura, silvicultura, a pesca, produção têxtil, ou outras atividades, todas contribuem para uma “cadeia produtiva”. Isso devido a toda matéria-prima resultar em produtos que são comerciáveis não só dentro da região, mas também que servem de produtos para exportação, o que movimenta a economia regional equatoriana.

É possível perceber que há uma “coesão territorial” em Imbabura por causa do aspecto físico da região, clima, ambiente e aspectos geográficos. Todos contribuem para que haja essa sinergia entre o território e a população. Além de possibilitar uma “coesão social”, pois juntos aos aspectos geográficos, a população por ser heterogênea, ou seja, possuir nações originárias, povos indígenas, e ambos terem boa capacidade de participação, como já foi visto, contribuem para a sinergia entre os indivíduos dessa localidade e o território.

Assim, quanto a capacidade de atuação em rede entre os atores dessa localidade, percebe-se que tanto os “agentes econômicos, sociais e políticos” estão atuando em conjunto para não só o crescimento econômico, mas também para o melhoramento da qualidade de vida e ainda uma maior valorização do território. Em outras palavras, o comércio é aberto e atrativo permitindo que os povos, com suas especificidades possam produzir; os atores políticos promovem políticas públicas de atuação integralizada; e a sociedade civil participa desse processo. Essa atuação em conjunto caracteriza a atuação em rede na região de Imbabura.

Quanto ao critério de Sustentabilidade, nota-se um processo bastante inclusivo, principalmente ao nos depararmos com o conceito multidimensional de Sach. A região de Imbabura, por todo o seu contexto, seja pelo aspecto geográfico, econômico, ambiental e social, possui aspectos bastante inclusivos quanto ao conceito de sustentabilidade.

A começar pela “inclusão econômica” onde as atividades produtivas possuem uma abertura não só do ponto de vista da produção de bens e serviços, mas também por entender que a diversidade de povos e nações originárias fazem parte desse processo de produção. Assim, a “inclusão social” é percebida, pois valoriza-se nesse território a agricultura familiar, com a produção de milho, açúcar; e os artesãos, com a produção de lã e tecido.

Quando se trata da “inclusão ambiental”, a produção agrícola, por exemplo, é focada na produção orgânica, minimizando danos ambientais e também danos ao consumo. Quanto a

“inclusão institucional”, percebe-se no território uma sinergia entre as universidades e poder público local na promoção de políticas públicas e ações com o objetivo de proporcionar o bem comum para a população. Nota-se que a sociedade se sente representada e possui uma identidade forte com o território atuando ativamente nos processos decisórios, ocasionando uma “inclusão social e política”. Por fim, quanto a questão da “inclusão tecnológica”, tem-se na localidade a Fábrica de Imbabura e a Cidade do Conhecimento que contribuem para a inovação tecnológica e melhor capacidade técnica da produção. A fábrica atua na inovação de bens e novas formas de produção quanto a Cidade do conhecimento atua na formação de profissionais qualificados que possam atuar também numa produção mais inovadora.

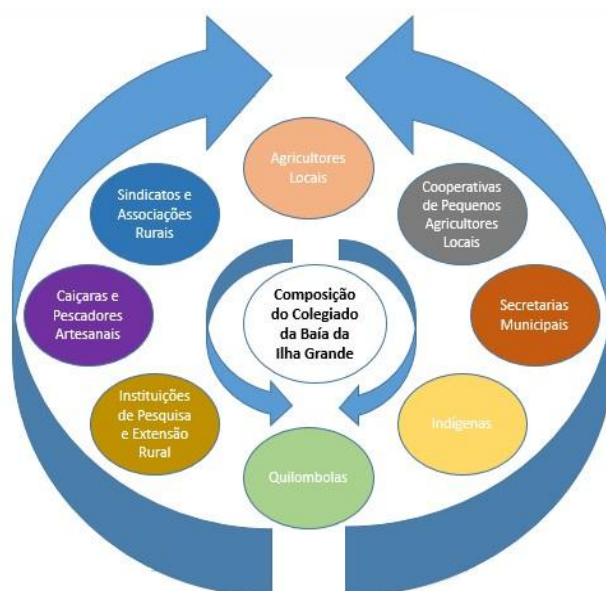
4.3 Baía da Ilha Grande

Ao analisar o critério: “Gestão e Controle Social” no âmbito da Baía da Ilha Grande (BIG), buscou-se identificar as formas de participação social em políticas públicas. E neste sentido, o território da BIG apresenta um histórico institucional de políticas públicas oriundas do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Uma das ações do MDA no território, instituiu a formação do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande.

O Colegiado Territorial foi estruturado como uma instancia de cunho deliberativo para articular os agentes sociais locais, e, promover a inclusão participativa nos processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas de cunho territorial. Desde maio de 2016 as políticas vêm sendo implementadas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Uma secretaria do governo federal, que está inserida na Casa Civil. Tal ruptura, desarticulou a institucionalidade das políticas territoriais promovidas pelo Governo Federal brasileiro, e ao mesmo tempo, deixou grande parte destas, sem a sua substancialidade territorial.

Neste sentido, também se identificou a organização das estruturas institucionais de controle social no território da BIG. E a principal instância de controle social na Baía da Ilha Grande é o Colegiado Territorial da BIG, que teve sua origem com a formulação da política dos Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territoriais (NEDETs). O NEDET buscou promover uma articulação entre: Universidade, instituições públicas (como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; e sociedade civil local, através das associações, cooperativas de produtores rurais ligados a agricultura familiar, representantes de populações tradicionais. E busca atuar: “por meio de projetos de extensão na assessoria aos Territórios da Cidadania” (MDA, 2018, p. 01). Apesar do fim da política dos NEDETs em 2016, a organização do Colegiado Territorial da BIG se manteve. A figura abaixo apresenta um esquema dos diferentes segmentos que compõem o Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande:

Figura 1 - Composição do Colegiado Territorial da BIG:



Fonte: LPDT (2017).

A respeito dos movimentos sociais presentes no território da BIG, pode-se elucidar duas categoriais principais: 1) os institucionalizados; e 2) os não institucionalizados.

Sobre os movimentos sociais institucionalizados, alguns movimentos locais podem ser elencados: o Movimento Sem Terra (MST), Sindicatos Rurais, Associações e Conselhos Comunitários, Associações de Pescadores (como a Associação de Pescadores da Ilha da Madeira).

Também se elucidam os movimentos sociais não institucionalizados. Como movimentos não institucionalizados, Sherer-Warren (2006) conceitua como aqueles movimentos que se organizam como coletivos informais, sem nenhuma ou pouca capacidade de institucionalidade. Ou seja, de forma simplificada, não possuem registros ou atas, sedes institucionais, ou reconhecimento de funcionamento por órgãos públicos.

O “Movimento dos Caras de Cavalo”, em Itaguaí é uma exemplificação de movimento social não institucionalizado, pois foi a expressão da articulação de setores da sociedade civil que se mobilizaram para pressionar a Câmara dos Vereadores de Itaguaí pela cassação do então prefeito. Como denota Francisco (2016): “O mesmo estava sobre investigação por ter sido beneficiado pelos esquemas de desvios públicos e ter comprado um haras com o dinheiro desviado dos cofres do município” (FRANCISCO, 2016, p. 147). Neste sentido, a mobilização do grupo se deu na própria Câmara Municipal, onde o grupo participava das plenárias da casa com máscaras de cavalos. Com o objetivo de cobrar o não arquivamento do processo pela Comissão

Especial Processante.

Outro movimento social não institucionalizado, mas que também promoveu ações de controle social no território é o Movimento de Resistência da Ilha da Madeira. Promovido pela resistência de cerca de 30 moradores da comunidade da Vila do Engenho, que não aceitaram ser retirados de suas localidades devido à chegada do Porto Sudeste no município de Itaguaí. Este movimento social, acionou por diversas vezes órgãos de controle do judiciário, como Ministério Público Estadual (MP), com vista à garantir seus direitos à água, luz e contra desapropriação dos imóveis devido a construção do referido porto.

No que diz respeito aos órgãos de controle do Estado no território da BIG que promove ações de controle social, pode-se elencar alguns atores com atividades regulares, como: a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), os Conselhos Comunitários de Itaguaí, e alguns Conselhos Municipais que se destacam por apresentar um tecido social dinâmico e com atividades de controle dos atos públicos. No caso dos conselhos municipais de políticas setoriais, pode-se destacar os Conselhos Municipais de Alimentação Escolar de municípios como Mangaratiba e Paraty.

Outro agente de controle social local é a própria instância do Colegiado Territorial da BIG, que congrega diversas representações sociais dos municípios que fazem parte da Baía da Ilha Grande.

Cabe destacar que algumas instancias que deveriam ser ativas no controle dos atos públicos e no acompanhamento dos processos de implementação das políticas públicas no território, acabam não promovendo seus papeis.

Buscou-se ainda, compreender como se dá o processo de “autonomia” no âmbito do território da BIG. Como denota Villela (2012) a autonomia está relacionada à equidade social diante dos espaços e processos de atuação participativa. Neste sentido, o Colegiado Territorial da BIG se apresenta com um espaço que promove a articulação de deliberações e ações de forma bastante simétrica entre: poder público (prefeituras), instituições de pesquisa e extensão rural, e sociedade civil (cidadãos).

Faz-se necessário destacar dois aspectos relativos à autonomia deliberativa no âmbito do Colegiado da BIG. O primeiro é que apesar do espaço de falar ser aberto, denota-se que grande parte das origens das proposições dos debates advém da articulação promovida pelos componentes da UFRRJ. E também, de lideranças institucionais de alguns órgãos que compõem o colegiado, como: Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), o Parque do Cunhambebe, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias (EMBRAPA). O segundo é que no que diz respeito à autonomia da sociedade civil, as iniciativas de falas e proposições se manifestam, principalmente, de alguns mesmos sujeitos. Já como espaços de construção de falas coletivas do colegiado, dois grupos ganham destaque: o grupo de jovens, ligados ao “Projeto de Formação de Jovens em Agroecologia”, e as agricultoras de Mazombinha (Itaguaí-RJ).

O “acesso à informação” e a comunicação dos agentes locais, no caso da BIG, se dá fundamentalmente, por meio das reuniões do Colegiado Territorial. As reuniões do colegiado ocorrem de forma itinerante, pelos municípios que compõem o território. Fato que busca promover um maior diálogo e capacidade de articulação do espaço deliberativo do Colegiado

com os diferentes agentes que o compõem. As reuniões do Colegiado da BIG são realizadas periodicamente, quadrimestralmente ou trimestralmente, e em dias alternados da semana, para que possa atender o maior número de participantes possível.

A respeito da categoria “diálogo/processo de discussão”, a região da BIG apresenta espaços públicos consultivos e de controle social em diferentes institucionalidades. As reuniões do Colegiado Territorial, já citadas anteriormente; as reuniões dos Conselhos Comunitários de Itaguaí e dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas. Vale destacar que a promoção destes espaços de forma regular tende a articular nestes espaços para vozes de diferentes movimentos e organizações sociais. Uma característica relevante da esfera pública, no sentido de articular as ações e os interesses de diversos segmentos sociais.

No que diz respeito à categoria “Bem Comum”, pode-se destacar que as iniciativas em torno do Colegiado Territorial da BIG tem como foco a valorização das atividades e da cultura rural baseado na agricultura familiar, assim como dos aspectos identitários históricos que permeiam o território.

Outro ponto analisado foi a “igualdade participativa”. As estruturas participativas da BIG são horizontais. E apresentam esferas públicas dinâmicas com um tecido social bastante diverso e com canais de participação abertos a fala e a escuta.

Já no tocante a categoria “pluralismo”, buscou-se identificar a partir das experiências analisadas, quais são os agentes que participam dos espaços de gestão e controle social já citados anteriormente. A respeito do caso da Baía da Ilha Grande, nota-se que as composições dos espaços deliberativos do território, de maneira geral, apresentam um alto grau de pluralidade.

Buscou-se, ainda, analisar os elementos que configuram as “redes e os arranjos produtivos locais” no âmbito da BIG. De acordo com este segundo critério analítico, foram subdivididas as seguintes categorias de análise: 1) Saber Fazer Local/Competências, 2) Aglomerações, 3) Inovações, 4) Inteligência Coletiva, 5) Redes Conectadas, 6) Cadeias Produtivas, 7) Agentes Econômicos, Políticos e Sociais, 8) Coesão Social, e, 9) Coesão Territorial.

O “saber fazer local” está diretamente associado as competências que o território em questão possui. No caso BIG, foram identificadas algumas capacidades próprias do território ligadas as questões: da agricultura (inclusive orgânica/agroecológica) e do processamento destes produtos.

As principais “aglomerações” identificadas na região da BIG foram: produção de bananas e produção de cachaça. Os municípios do território em questão são fortes produtores de bananas, inclusive de bananas orgânicas. E também apresentam forte articulação entre a produção do produto e canais de beneficiamento, um exemplo é a Agroindústria Pacová, do município de Paraty. Outros canais de beneficiamento e distribuição de bananas são identificados, como por exemplo: na Feira de produtos orgânicos da UFRRJ; e, nos canais de venda de cestas das agricultoras de Mazombinha.

Outra aglomeração produtiva presente na BIG está ligada à produção de cachaça. Esta aglomeração é identificada com laços mais fortes no município de Paraty. Onde diversos produtores locais possuem um histórico de produção e comercialização do produto, inclusive,

buscando a construção de uma marca com identidade original. No ano de 2007 a cachaça local passou a ser identificada pelo selo de Indicação de Procedência (INPI, 2016). Alambiques tradicionais do município, como a Cachaça Maria Izabel remontam à história colonial brasileira, e as formas de produção tradicionais da cultura caiçara local. Inclusive, todo o circuito em torno da comercialização do produto ganhou maior evidência com a construção do: “Festival da Cachaça, Cultura e Sabores de Paraty”.

Outra categoria analítica analisada são os processos de “inovação” e as instituições que promovem uma articulação com as ações inovativas no território. A respeito da BIG, foram identificadas instituições como: a EMBRAPA, a UFRRJ, a EMATER e o ITERJ. A inovação na BIG foi identificada na produção de alimentos (como o coco, a banana, legumes e verduras). Além de perceber uma rede sócio técnica e a transferência de tecnologias entre as aglomerações e circuitos produtivos apresentados anteriormente.

Com relação a “inteligência coletiva” na BIG, observa-se uma ampla gama de culturas e produtos relacionados aos saberes tradicionais locais. As comunidades tradicionais no âmbito da BIG (quilombolas, indígenas e caiçaras) apresentam artesanatos e produtos ligados aos seus saberes históricos: a pesca artesanal, a produção orgânica de banana e coco, a produção de cocadas e doces como comidas típicas tradicionais, são exemplos de elementos que remontam à uma inteligência socializada por estas comunidades.

Em relação as “redes conectadas”, nota-se que as políticas públicas de cunho territorial possuem um forte traço de integrar as redes produtivas no caso da BIG. As políticas do Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), por exemplo, articulam agricultores familiares locais com instituições públicas como escolas; o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). As feiras e circuitos de comercialização, como por meio de cestas, também promovem redes entre os agricultores locais e os consumidores.

As “cadeias produtivas” estão diretamente associadas à produção de materiais primas do território. A respeito dos “agentes econômicos, políticos e sociais”, na BIG nota-se uma ampla gama de agentes territoriais, entre as instituições públicas: UFRRJ, EMBRAPA, ITERJ, PESAGRO e prefeituras e secretarias municipais. Já no espectro dos agentes de mercado, os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Destacam-se os arranjos deliberativos que se constituem como espaços institucionalizados não pertencentes ao mercado ou ao Estado, como o Colegiado Territorial da BIG e os próprios Conselhos Municipais de políticas setoriais, e os Conselhos Comunitários de Itaguaí.

Sobre a categoria “coesão social” o caso da BIG evidencia uma múltipla identidade de agentes e comunidades tradicionais locais. Que em síntese, buscam a manutenção de seus espaços e comunidades tradicionais. No que tange a “coesão territorial”, entretanto, a BIG apresenta uma forte fragmentação territorial, promovida pelos megaempreendimentos, inseridos no território. Tais conflitos promovem uma forte cisão entre os segmentos da sociedade civil e as comunidades tradicionais e megaempreendimentos como o Porto de Itaguaí, o Porto Sudeste, e outros empreendimentos de grande porte. Como a Usina Nuclear, em Angra dos Reis, ou o Complexo Portuário da Ilha Guaíba, em Mangaratiba.

A respeito do critério sustentabilidade, foram analisadas seis categorias analíticas. A primeira delas, “inclusão econômica”, a BIG apresenta iniciativas de promoção de renda e inclusão econômica de comunidades tradicionais. Principalmente sobre os setores do turismo

(em algumas localidades rural), e, na produção orgânica (banana, coco, verduras e legumes). Já sobre a “inclusão social” os desafios no território da Baía da Ilha Grande se encontram na promoção e desenvolvimento dos canais de produção e comercialização dos produtos locais. Além da necessidade de se intensificar os processos inclusivos junto as diferentes comunidades Quilombolas, Indígenas e de Pescadores Artesanais presentes no território.

A “inclusão ambiental” os conflitos socioambientais se fazem presente de forma intensa, não apenas nos espaços urbanos dos municípios, promovidos pelo crescimento urbano e falta de políticas dialógicas com a sociedade local. O caso da Ilha da Madeira, em Itaguaí, evidencia a fragilidade de promover ações de inclusão ambiental. A localidade vem sofrendo de fortes impactos ambientais históricos, desde o passivo da Ingá. Até as recentes transformações promovidas nos ecossistemas locais pelo aumento do transporte marítimo na região da Baía de Sepetiba.

Com relação a “inclusão institucional” na BIG, a presença das Universidades em parceria com a gestão pública local e com iniciativas populares em diferentes comunidades do território. A UFFRJ e a UFF desenvolvem ações de extensão e desenvolvimento local em diferentes localidades. As instituições técnicas e de extensão rural também apresentam um relevante papel de disseminação de formas de manejo, de produção orgânica e desenvolvimento rural. Embrapa e ITERJ são fortes exemplos desta ação. Sobre a “inclusão tecnológica” na BIG, o protagonismo das tecnologias sociais e arranjos institucionais na produção local, sob a forma de cooperativas, associações rurais e locais e no desenvolvimento de aglomerações produtivas.

E por fim, a categoria de “inclusão política”, os espaços deliberativos como os conselhos comunitários, de políticas públicas setoriais e o colegiado territorial podem ser frisados como espaços de inclusão à participação. E, à promoção do controle social político pelos agentes da sociedade civil. Contudo, a principal dificuldade apresentada no caso da BIG é a falta de articulação das instituições dos poderes públicos municipais e estadual junto a estes espaços deliberativos promovidos pela sociedade civil local.

Segue a tabela que norteou a análise dos resultados:

Tabela 2 – Análise comparativa dos territórios escolhidos

Critérios de Análise				
		Los Lagos	Imbabura	BIG
	Formas de Participação em Políticas Públicas	Projeto FIC	Centro de Formação Têxtil	MDA
	Estruturas Institucionais de Controle Social	Governo da região de Los Lagos e Universidades	Conselho Provincial	NEDET/Colegiado BIG
	Órgãos de Controle do Estado	Universidade do Chile; Universidade de Los Lagos; Ministério da Agricultura	Confederações Locais; Cidade do conhecimento	UFRRJ; Prefeituras
	Autonomia	Organizações comunitárias	Conselhos paroquiais; conselhos de bairros; federação indígena	Colegiado Territorial do BIG



Critério 1: Gestão - Controle Social	Acesso a Informação	Através dos conselhos	Através dos conselhos e da pressão popular	Através de reuniões do Colegiado e conselhos municipais
	Diálogo/Processo de Discussão	Crise de confiança da sociedade civil	Atuação em conjuntos dos povos tradicionais, trabalhadores e comercio.	Reunião do Colegiado; Conselhos de Políticas Públicas
	Bem Comum	Identificação geográfica; organização produtiva da sociedade civil	Baixo desemprego; baixa taxa de analfabetismo; valorização das culturas tradicionais	Valorização de atividades culturais com identidade à localidade
	Igualdade Participativa	Estrutura hierarquizada	Estruturas horizontais	Estruturas horizontais
	Pluralismo	Pouca participação da sociedade civil	Há uma mútua participação entre os atores locais	Pouca participação da sociedade civil

Critério 2: Redes e APL	Saber Fazer Local/Competências	Apicultura; processamento	Atividades Artesanais; agricultura	Agricultura; processamento
	Aglomeração	Cadeia produtiva do mel	Produção têxtil	Produção de bananas; produção de cachaça; cocadeiras
	Inovação	Desenvolvimento e transferência de tecnologia	Fábrica de Imbabura; Universidades	EMBRAPA; EMATER; UFRRJ
	Inteligência Coletiva	Diversidades de produtos advindos da apicultura	Artesanato, produção têxtil	Produção de cocada; pesca; banana; alimentos orgânicos
	Redes Conectadas	Artesãos; produtores de mel;	Agricultura; Pesca; Silvicultura; comercio	PNAI; PAA; Feira Orgânica
	Cadeias Produtivas	Produção completa mel completa	Produção da matéria prima; artesanato	Produção de matéria prima
	Agentes Econômicos, Políticos e Sociais	Produtores de mel; FIC; artesãos e inclusão da sociedade civil	Comércio, sociedade civil com os povos tradicionais	APL; Instituições Públicas; Conselhos; NEDET
	Coessão Social	Pouca participação nos processos decisórios	Boa participação nos processos decisórios	Pouca participação nos processos decisórios
	Coessão Territorial	Coessão do aspecto geográfico com a produção de mel	Sinergia entre território e sociedade civil	Conflito de megaempreendimentos com o território

	Inclusão Econômica	Forte agregação de valor ao mel	Abertura à atividades artesanais, bordados, tecelagem	Turismo rural; produção orgânica
--	--------------------	---------------------------------	---	----------------------------------

Critério 3: Sustentabilidade	Inclusão Social	Valorização de pessoas com deficiência na produção manual; geração de emprego e renda	Valorização da agricultura familiar (milho, açúcar)	Estimula-se a produção, resgate da identidade
	Inclusão Ambiental	Produção orgânica	Conscientização ambiental	Conflitos ambientais;
	Inclusão Institucional	Financiamento de equipamento e inovação fica a cargo do projeto	Interação das universidades, instituições públicas locais	Presença das universidades em parceria com a gestão pública
	Inclusão Tecnológica	Variedade na produção de mel. Mel orgânico; mel em pó; verniz de própolis;	Fábrica de Imbabura com produção têxtil, lã, tecelagem	Tecnologias sociais e formação em rede
	Inclusão Política	Identidade como cidadão; pouca participação	Forte atuação da sociedade civil nos processos políticos decisórios	Identidade da sociedade civil, porém os espaços participativos não corroboram com a inclusão política

Fonte: Elaboração própria dos autores

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar as experiências dentro das localidades é possível perceber que o velho desafio está em atuar conjuntamente dentro do território. Imbabura, por exemplo, dá um passo à frente por estar bastante articulada entre as esferas de poder e ainda insere a sociedade civil nos processos de decisão. Ao passo que Los Lagos ainda caminha numa atuação em rede mais efetiva, considerando as atividades produtivas e também do ponto de vista da participação social. Já a BIG ainda caminha rumo a um processo de desenvolvimento endógeno e com uma forte atuação da sociedade civil. Mas percebe-se um esforço das instituições públicas locais em resgatar a identidade da região.

Ao analisar o critério: “Gestão e Controle Social” é relevante destacar os papéis das diferentes estruturas de controle social identificadas nos casos latino-americanos. Em Los Lagos e em Imbabura estas estruturas são apresentadas a partir de institucionalidades com fortes ligações com o poder público, a saber: a Universidade de Los Lagos, no Chile, e o Conselho Provincial, no Equador. No caso da Baía da Ilha Grande se destacam os espaços institucionalizados que se constituem como canais deliberativos entre o poder público e a sociedade civil organizada, tal como o Colegiado Territorial da BIG, conselhos municipais e conselhos comunitários.

As reuniões de espaços deliberativos, contudo, aparecem como o elemento comum onde os agentes territoriais promovem as articulações segundo a territorialidade definida em seus espaços construídos. Tanto nos casos do Chile, do Equador e do Brasil, a dinâmica de interação dos agentes locais é muito forte. E guardadas as suas especificidades, o acesso à informação é promovido nestes espaços. No tocante à igualdade participativa junto aos espaços deliberativos, em Los Lagos, foi identificada uma estrutura participativa mais hierarquizada, e com menor

parcela e atuação da sociedade civil. Nos casos de Imbabura e BIG os processos participativos se apresentaram mais horizontais.

De maneira geral a perspectiva das ações locais em torno do bem comum no caso chileno estão ligadas diretamente à promoção de uma identidade geográfica e produtiva da região de Los Lagos. Enquanto, no caso equatoriano, as ações conjuntas se orientam à promoção da cultura local e a promoção de bons indicadores sociais como a baixa taxa de analfabetismo. De forma próxima, a BIG apresenta ações no sentido de fortalecer a cultura tradicional local, principalmente a agricultura familiar e atividades voltadas à agroecologia. E promovendo formas de resistência das comunidades tradicionais locais frente ao processo de desterritorialização local.

Considerando o aspecto das Redes e APLs, Imbabura apresenta um resultado caracterizado por uma coesão social, o que condiciona tanto o desenvolvimento social como o territorial. Porém, Los Lagos e BIG possuem, respectivamente, baixa e média participação social, o que enfraquece os laços do tecido social e produtivo.

A produção, em ambas regiões, é realizada em redes conectadas e cadeias produtivas. Em Los Lagos, os produtores de mel e os artesãos locais mantêm fortes laços sociais. Do mesmo modo funciona a agricultura e a silvicultura em Imbabura e a feira orgânica da BIG. Para que haja redes conectadas é de suma importância a presença de aglomerações. Em Los Lagos, a aglomeração é incorporada na cadeia produtiva do mel; em Imbabura, nas fábricas e na produção têxtil; na BIG em produção de banana e cachaças. Tais aglomerações são altamente coesas e participativas.

No âmbito territorial, a coesão se apresenta de modo diferente nas regiões analisadas. Em Los Lagos, a coesão territorial está intimamente ligada com a produção de mel; em Imbabura, a coesão está na sinergia entre território e sociedade civil nos APLs da indústria têxtil de Otavalo/Imbabura e de produção agropecuária. Já na BIG ocorre um conflito entre os megaempreendimentos e a sustentabilidade da agricultura familiar, da agroindústria e dos APLs de turismo e de outros produtos locais (cachaça, bananas, cocadas, artesanatos, pesca, indústria naval).

Considerando o aspecto da sustentabilidade no que tange os três territórios, percebe-se que no critério da inclusão econômica, Los Lagos devido a produção comunitária de mel fortaleceu o processo de desenvolvimento endógeno, assim também favorecendo uma melhor inclusão social. Já Imbabura possui características diferentes devido a sua atividade de produção ser têxtil e artesanal. Porém, ocorre também uma valorização das atividades deste tipo de produção. O território da BIG, através de alguns municípios, como Paraty e Angra dos Reis, por possuírem características favoráveis ao turismo, é esta atividade que faz com que esses municípios possam se desenvolver. Porém, não é uma realidade da região como um todo. Então, tanto do ponto de vista da inclusão econômica, social e ambiental, destacam-se as iniciativas dos APLs anteriormente citados.

Ao observar a inclusão institucional nesse processo, Los Lagos conta com o financiamento de política pública no projeto FIC na obtenção de equipamentos e inovação. Pode-se elucidar uma atuação ativa das instituições públicas e privadas no processo de desenvolvimento de Los Lagos. Porém, ainda que haja essa interação dentro do projeto FIC, notou-se que Los Lagos carece de inclusão política, ou seja, essas instituições ainda caminham rumo a uma participação

social mais efetiva. Imbabura tem um cenário bastante otimista quanto a relação institucional e política. Tanto as universidades quanto o poder público local corroboram com o desenvolvimento sustentável; auxiliam na produção do conhecimento e também há no território uma ativa participação da sociedade civil nas questões públicas. Já a BIG também conta com uma boa atuação das instituições públicas através do Colegiado da Baía da Ilha Grande com professores e alunos da UFRRJ contribuindo no resgate da identidade local do território e também estimulando a produção orgânica devido as características internas da região. Porém há uma baixa atuação da sociedade civil nos espaços participativos. Nesse sentido há uma desarticulação entre poder público e sociedade civil.

Por fim, a inclusão tecnológica que está bastante presente nos três casos estudados. Em Los Lagos há um incentivo à inovação para a produção de diferentes produtos do mel. Tem-se na localidade o mel orgânico, o mel em pó, verniz de própolis, entre outros produtos que são consequências desta inclusão tecnológica no território. Em Imbabura foi observado que a Fábrica de Imbabura é quem atua no processo de inovação. Dentro desses espaços ocorre cursos, capacitações técnicas na produção têxtil e artesanal. Além da região contar com a cidade do conhecimento, que são as universidades atuando no processo de inovação e conhecimento para a população local. O caso da BIG é interessante, pois consta ao observar a experiência local uma tecnologia social, principalmente pela atuação do Colegiado, onde eles oferecem cursos, treinamento e executam diversos projetos que visam proporcionar para a população local uma mudança de impacto social, além de corroborar e fortalecer as relações sócio técnicas em rede dentro do território.

O estudo nos dá base para uma reflexão a cerca dos novos desafios que estão por vir quanto ao desenvolvimento sustentável. Nos casos analisados, observou-se diferentes estruturas participativas organizacionais e modelos de sustentabilidade. Em alguns territórios é notório que a sociedade civil precisa estar melhor preparada na participação e controle social. Quanto a estrutura de redes uma boa articulação entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil, criam um processo sinérgico que fortalece o desenvolvimento endógeno. Nesta situação também observamos diferentes situações nos casos analisados. Quanto ao critério de sustentabilidade consequente dos critérios acima citado, observa-se uma forte conscientização nas ações ambientais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Territórios da Cidadania. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf> Acessado em: 27 de agosto de 2017. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. 2018.
- BRITTO, J. Cooperação interindustrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2002.
- BOFF, L. Sustentabilidade: o que é - o que não é. 5. Ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BOFF, L. Sete pecados do capital. Organização: Sader. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BORDENAVE, J.E.D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Gestão social: epistemologia de um paradigma. Curitiba: CRV, 2013.
- CANÇADO; SAUSEN; VILLELA. Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial / Organização Fernando Guilherme Tenório. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.
- DE FÁTIMA, C; PASA, C. R in GESTÃO SOCIAL: Aspectos Teóricos e Aplicações. Organizadores Airton C. Cançado, A.C.; SIVA, J. T.; TENÓRIO, F. G.; Ijuí. Ed. Unijuí, 2012.
- DOWBOR, L. Democracia econômica: alternativas de gestão social. 2. ed. atualizada. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FAUCHEUX S. ET J-F. NOËL, Economie des ressources naturelles et de l'environnement, Collection U Armand Colin, Paris, 1995.
- FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento territorial como campo de educação profissional. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F. (Orgs.). Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública. Florianópolis: UDESC, 2011.
- FRANCISCO, D. N. Controle Social e Políticas de Desenvolvimento: um olhar sobre o município de Itaguaí (RJ) e a sua territorialidade face aos megaempreendimentos. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ) 2016.
- FRANCISCO, D. N. VILLELA, L. E. Controle Social Local Face as Transformações e os Impactos Territoriais dos Megaempreendimentos de Itaguaí. Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial. v. 1, n.1, jan/jul, 2017.

GALLOPÍN; GILBERTO C. Sostenibilidad y desarrollo sostenible: un enfoque sistémico, 2003.

HORBACH, J. Indicator systems for sustainable innovation. Physica-Verlag, 1º Ed., 2005.

KUHLMAN, T; FARRINGTON, J. What is Sustainability?,
www.mdpi.com/journal/sustainability, 2010.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, E. J. Rede de pesquisas em sistemas produtivos e inovativos locais. In: Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LPDT. LABORATÓRIO DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. Composição do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande. UFRJ, Seropédica. 2017.

MALMEGRIN, M. L. Gestão de redes de cooperação na esfera pública. UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2011.

SARTORIUS, C. Indicators for a Sustainable Technology Development — A Dynamic Perspective, 2005.

SIRAQUE, V. Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TENÓRIO, F. G. et al. GESTÃO SOCIAL e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

VILLELA, L. E. et al. Diferentes modelos de crescimento em Itaguaí-Rj, Brasil, e província de Imbabura, Equador. Desenvolvimento em Questão, v. 46, p. 72-98, 2018.

YIN, R. K. Planejamento e método. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUMELU, E. L.; HANDSCHUH, A. S. Participación, control social, transparencia y asociatividade em una acción de gobierno en Chile; el caso del Fic Apícola. Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial. v.2, n.2, jul/dez, 2017.